

O grito da cruz em clamores inaudíveis: o cuidado dos animais não humanos como imperativo ético cristão

Marco Túlio B. S. Procópio¹

Historicamente, na tradição ocidental, a cultura dominante agiu de forma a colonizar os animais para submetê-los às mais diversas formas de exploração. Caminhou-se de forma a conduzir esse costume para uma tentativa de naturalização da instrumentalização animal. Os animais não humanos são hoje utilizados para alimentação, vestuário, entretenimento, pesquisa científica, atividades pretensamente pedagógicas, transporte etc. Para isso, são submetidos a um ciclo de escravidão, tortura e morte, e, sendo vítimas sem voz, têm seus clamores tornados inaudíveis. Neles, o grito da cruz de Jesus se perpetua, como ocorre em todos os sofrentes. À luz da fé cristã, o presente artigo pretendeu investigar, refletir e discutir a extensão do compromisso cristão com o cuidado dos mais vulneráveis, nesse caso precisamente os animais não humanos. Essa reflexão se deu a partir de uma leitura teológica com chave trinitária. Só é possível buscar discernir a ação do Espírito no mundo em consonância com o projeto de Jesus e com a construção de seu Reino, em comunhão com a vontade de Deus para a Criação expressa em Gênesis. O Criador confia ao ser humano a missão de cuidar da casa comum como a um jardim (Gn 2), e orienta a alimentação humana para que seja estritamente vegetariana (Gn 1, 29). O mandamento de domínio sobre as outras criaturas (Gn 1) só pode ser compreendido à luz do modo próprio de governança e poder exercido por Deus sobre suas criaturas, revelado com plenitude na vida de Jesus. Cristo expressa seu poder na forma de serviço, invertendo os valores culturais de modo que sempre o maior sirva o menor, lição traduzida no pedagógico gesto simbólico retratado na última ceia, quando lava os pés de seus discípulos. Nessa linha, Jesus se solidariza com o menor de todos (Mt 25,40). Também o Espírito continua a agir nos meandros da história de forma a impulsionar a construção do Reino, fomentando a vida no cerne de sua ação, atuando a partir dos mais pobres, a favor das causas de Jesus. Quanto ao percurso metodológico utilizado, optou-se pelo método *ver, julgar, agir*, visando partir da realidade concreta, passando pelo discernimento através do olhar da fé, e então propondo caminhos de mudança. Para a discussão os principais autores utilizados foram Leonardo Boff, Andrew Linzey, Victor Codina, Luis Carlos Susin, Gilmar Zampieri, e o Papa Francisco com a profética Encíclica *Laudato Si'*. Conclui-se que o cuidado com os animais não humanos não é um apêndice na fé cristã, mas deve ser parte integrante de sua práxis, na medida em que os animais não humanos podem ser considerados dentre os mais frágeis da Criação na atual cultura que lhes explora, escraviza e lhes priva a vida.

¹ Mestre em Teologia (FAJE-MG). Doutorando em Ciências da Religião (PUC-MG). E-mail: mtbsp88@yahoo.com.br

Palavras-chave: Animais não humanos. Teologia da Libertação Animal. Teologia Animal.

Introdução

Os animais são vítimas sem voz de um ciclo infundável de escravidão, tortura e morte, consequências das demandas humanas de uma sociedade de consumo. Se toda a Criação tem valor perante Deus, e se o plano salvífico operado em Cristo alcança todas as criaturas, a relevância do sofrimento dos animais, que perpetuam o grito da cruz de Jesus, brada ao coração humano.

Diante disso, o presente trabalho tem a intenção de, a partir da realidade animal, refletir sobre o compromisso cristão do cuidado com os mais vulneráveis, precisamente os animais. Para isso, recorreu-se a uma leitura bíblica e da realidade em chave trinitária, utilizando o método *ver, julgar, agir*.

1 Pelas janelas dos campos de exploração

Os mecanismos de exploração animal pelos quais a espécie humana subjugou as outras espécies se naturalizaram de tal forma na cultura que o sofrimento animal foi invisibilizado e diluído nos costumes sociais. Por isso, faz-se necessário olhar pelas janelas dos campos de exploração animal, escondidos dos olhos humanos para preservar determinados interesses.

Pode-se falar de pelo menos duas frentes pelas quais o ser humano age de modo a causar sofrimento e extirpação da vida animal. A primeira delas é de forma indireta, pela gradual degradação da Terra, casa comum partilhada com todas as criaturas. Usurpa-se assim o espaço ocupado pelos animais, torna-se inviável seus habitats, dificulta-se sua adaptação aos diversos ambientes. A segunda frente é de forma direta, e se trata da instrumentalização da vida animal para diversos fins na atual sociedade de consumo. As duas formas serão tratadas brevemente a seguir.

O sofrimento animal enquanto consequência da ação e ocupação humana sobre a Terra tem diversas causas, dentre as quais o acelerado crescimento demográfico vinculado a padrões de consumo insustentáveis, mecanismos de exploração mais destrutivos, intensificação da cultura de consumo etc. Isso por sua vez gera alto índice de poluição, aumento do efeito estufa, desertificação de terras férteis, perdas de biomas, entre outros. É inevitável que a repercussão desses processos atinja com intensidade as diversas espécies animais.

Leonardo Boff aponta que “entre 1500-1850 foi presumivelmente eliminada uma espécie a cada 10 anos. Entre 1850-1950, uma espécie por ano. A partir de

1990 está desaparecendo uma espécie por dia. Atualmente está desaparecendo uma espécie por hora” (BOFF, 2015, p. 15). No ritmo desse *modus operandi*, é provável que metade de todas as espécies de animais e plantas desapareça ou esteja fadada à extinção até o final deste século². Um relatório do *The Worldwatch Institute*, de 2012, sobre o estado da Terra, alerta sobre a gravidade da situação.

(...) calcula-se que a velocidade com que as espécies estão desaparecendo seja até mil vezes maior do que na época pré-industrial. Denominada pelos cientistas de “sexta extinção em massa” na história da Terra, é a única causada por uma criatura viva: o ser humano. As outras cinco extinções em massa ocorreram há muito tempo; a última e mais famosa foi há 65 milhões de anos, no final do período cretáceo, quando os dinossauros foram extintos (THE WORLDWATCH INSTITUTE, 2012, p. 190).

Junto aos animais, a Terra grita gemidos de dores lancinantes, de cuja escuta depende a sobrevivência humana e das outras espécies. A compreensão dos mecanismos geradores dessa crise ecológicas e a orientação de rumos capazes de transformar essa realidade estão bem discutidas na profética Encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco. Nela são denunciadas as diversas facetas da situação planetária, a perda da biodiversidade e a extinção de espécies (LS, 32-42), e são sugeridos caminhos de ação, desde atitudes individuais até políticas governamentais e mundiais.

Para a exploração animal direta, entretanto, a Encíclica “continua insuficiente e a meio caminho. Será preciso avançar na esteira da ética e da teologia da libertação animal, em consonância com a ecologia integral proposta pelo Papa” (ZAMPIERI, 2016, p. 17). Por isso, faz-se necessário, de princípio, conhecer os mecanismos de exploração animal e situações na qual são subjugados³. Devido às extensas formas nas quais os animais são instrumentalizados, optou-se por dividir em cinco grandes categorias de exploração.

A primeira categoria trata dos animais de estimação (SUSIN e ZAMPIERI, 2015, p. 28-31). Contem em si certo paradoxo, porque aqui se encontram tanto relações saudáveis e de genuíno amor entre a humanos e animais, quanto também relações de exploração intencionais ou não. Nessa categoria, expõem-se em vitrines de petshops cachorros, gatos, porquinhos-da-índia, hamsters, coelhos, dentre diversos outros animais, precificados como uma mercadoria. Àqueles que compram perpassa-se uma mentalidade de se adquirir um produto. Com isso, a consequência

² Cf. WILSON (2008).

³ Para um contato mais direto com o tormento pelo qual passam os animais pode-se assistir ao documentário *Terráqueos* (2005), do diretor Shaun Monson. Nele são denunciadas diversas faces da exploração animal pelo ser humano, mostrando a crueldade por trás dela e o sofrimento do qual são vítimas.

é de se considerar dono(a) daquilo que se compra, mesmo que com a transação comercial adquira-se “alguém”, e não “algo”.

A partir disso, na mentalidade de posse, é plausível cortar-se as orelhas ou rabos dos animais para fins estéticos, abandoná-los por razões triviais, como mudar de residência, ou os treinar para ficarem agressivos para que vigiem propriedades. Aqueles abandonados, em grande parte das vezes, tem como destino a morte dolorosa por doenças, acidentes, frio ou fome.

Na segunda categoria se encontram os animais para entretenimento (SUSIN e ZAMPIERI, 2015, p. 31-37). Inclui-se aqui as situações dos animais nos circos, zoológicos, rinhas, corridas, touradas, rodeios e outras atividades afins. Abstraídos de sua condição animal, forçam-se leões e tigres a saltar por argolas de fogo, elefantes a subir em banquetas e fazer acrobacias, ursos a pedalar bicicletas, chipanzés a vestir roupas femininas etc. Em parques aquáticos situações similares acontecem. Orcas, focas, golfinhos e outros animais ficam presos em espaços relativamente minúsculos, quando comparados com as reais distâncias que costumavam percorrer sob condições naturais⁴. Sintomas psiquiátricos de expressão do extremo estresse expõem-se visivelmente em seus comportamentos, como, por exemplo, balançar o corpo de um lado para o outro repetidamente, denotando claro demasiado sofrimento.

A terceira categoria engloba animais como instrumentos de pesquisa (SUSIN e ZAMPIERI, 2015, p. 37-42). Coelhos, ratos, macacos, rãs, gatos, cachorros, porcos, cavalos, pombos, peixes e diversos outros animais sofrem nessa categoria, vítimas de testes e experiências científicas em laboratórios por todo o globo. Estimam-se cerca de 200 a 500 milhões o número de animais mortos anualmente nessa categoria (HORTA, 2015, p. 49)⁵.

Apenas como exemplo do nível de sofrimento, pode-se citar um dos testes realizados, o teste Draize, feito desde 1944. Ele “consiste em avaliar alterações oculares e perioculares provocadas pelos mais variados produtos químicos” (SUSIN

⁴ Ampla abordagem dessa temática pode ser encontrada no documentário Blackfish (2013), da diretora Gabriela Cowperthwaite. Nele, discute-se os perigos e as implicações de se manter orcas em cativeiro, e apresenta a história de uma das orcas trazidas ao parque aquático SeaWorld, denunciando seus métodos.

⁵ Apesar de todo o sofrimento envolvido, a eficácia dos testes é amplamente questionada. O livro *Ética e Experimentação Animal* (2014), da autora Sônia Felipe, discute com profundidade essa questão, bem como a invalidade do modelo especista.

e ZAMPIERI, 2015, p. 41). Utilizam-se geralmente coelhos albinos, pois são dóceis e têm olhos grandes.

Nos olhos do coelho, com as pálpebras presas com grampos para que os olhos fiquem permanentemente abertos, sem anestesia, são adicionadas doses de substâncias químicas, por dias e dias sem parar, até que os olhos se transformem em uma massa irritadiça e dolorida. Outra modalidade do teste *Draize* consiste em raspar a pelo do animal até o sangramento, aplicando, então, a substância a ser estudada para observar a sensibilidade e irritabilidade cutânea (SUSIN e ZAMPIERI, 2015, p. 41).

Na quarta categoria estão presentes os animais como utensílio (SUSIN e ZAMPIERI, 2015, p. 42-47), na qual estes são utilizados como insumos para fabricação de diversos objetos. Os animais são aqui tratados como mera matéria-prima, ignorados na complexidade biológica de seu ser, desprezados no valor de sua vida, tratados como substância inerte. “Neste campo o animal vira sapato, chinelo, casaco, bola, cinto, almofada, sofá etc.” (SUSIN e ZAMPIERI, 2015, p. 42). Não somente se banaliza a vida, como subjuga os animais a enormes graus de sofrimento e tortura, tanto psicológica quanto física. Passam a curta vida confinados em espaços minúsculos para então terem sua pele roubada.

A quinta categoria, mais extensa de todas, abarca os animais para alimentação (SUSIN e ZAMPIERI, 2015, p. 47-65). Aqui há complexa sistematização de um genocídio estruturado sob demanda dos hábitos de consumo sociais. A morte excruciante com prévia tortura e posterior esquartejamento dos animais tornou-se nicho mercadológico com uma poderosa e lucrativa indústria.

É nesse campo que o problema toma proporções de holocausto em massa. Estima-se que anualmente 60 bilhões de animais são criados e sacrificados para alimentação, sem contar os peixes. Isso significa 160 milhões de mortes por dia, 6 milhões por hora e 100 mil por minuto. Os números impressionam e carregam um enorme peso moral, mas não é apenas a quantidade que está em jogo. Imagine em que condições esses animais são criados, transportados e abatidos! Mortos prematuramente, criados com hora marcada para morrer, muitos ainda filhotes. Na indústria da carne, uma galinha, que pode durar até 7 anos em condições naturais, é morta aos 40 dias de vida; um porco, que pode viver até 12 anos, é morto aos 4 meses; um boi, que pode ter uma vida natural de 24 anos, morre com porte de adulto aos 2 anos de idade (ZAMPIERI, 2016, p. 8-9).

Sob demanda do consumidor, que adquire nos supermercados e açougues produtos de origem animal, a indústria de exploração animal recebe aval para operar sob esses desmandos. Aqui reside o pior sofrimento dentre as categorias de exploração animal, com diversas espécies como vítimas, como galinhas, pintinhos, porcos, vacas, bois, bezerros, patos, gansos, cabras, cavalos⁶.

⁶ O Brasil conta com sete frigoríficos habilitados e é o quinto maior exportador mundial de carne de cavalo (SALLES, 2009, p. 58).

A partir desse contato com a realidade animal na atual sociedade de consumo, faz-se necessário voltar às Escrituras em busca de luz norteadora para as práticas humanas, e então refletir sobre qual caminho ela nos aponta. No presente artigo, buscar-se-á discutir a questão da libertação animal sob chave trinitária, a começar por uma leitura de Gênesis.

2 A questão animal em chave trinitária: O relato da Criação

Se por um lado o texto bíblico tem a finalidade de explicar a situação em um determinado contexto específico a partir de uma interpretação de fé, por outro intenciona também apontar um rumo a seguir, um norte para o qual se deve caminhar (SUSIN e ZAMPIERI, 2015, p. 197-210). Há, portanto, uma dupla finalidade. Em Gênesis, por exemplo, a narrativa expõe a interpretação sobre o que os autores bíblicos entendiam como a vontade de Deus para a Criação.

No primeiro capítulo de Gênesis, após a criação dos seres humanos, Deus lhes dá e também aos animais as ervas, os grãos e os frutos como alimento (Gn 1, 29-30). Alimentação vegetariana, portanto. Há um clima de paz e harmonia dentro da Criação, sem violência ou subjugação entre as criaturas. Essa relação revela o eixo pelo qual deve ser interpretado o domínio confiado aos seres humanos sobre a Criação. Trata-se de um domínio pacífico, uma regência, por assim dizer, uma representação do domínio de Deus sobre a Criação.

A governança primeira pertence a Deus, e somente em sentido secundário pode-se compreender o domínio a ser exercido pelo ser humano. Somente enquanto encarna o modo próprio de governar de Deus, ou seja, um governo pelo amor, um cuidado, o ser humano legitima o mandamento de domínio. Em outras palavras, o ser humano é convidado a ser representante do amor de Deus na Criação, cuidando desta como o próprio Criador o faz (LINZEY, 2000, p. 38-39).

Essa perspectiva ilumina também a compreensão a se fazer do sentido do ser humano enquanto imagem e semelhança de Deus. “A interpretação bíblica não está pensando ontológica ou metafisicamente, mas em uma vocação, uma missão junto às demais criaturas” (SUSIN e ZAMPIERI, 2015, p. 261). Desse modo, o ser humano é imagem e semelhança de Deus na reta proporção em que se aproxima do exercício de sua missão de cuidar das criaturas ao modo do Criador. Ou seja, um cuidado permeado plenamente pelo amor, misericórdia e justiça.

A segunda narrativa de Gênesis igualmente ilumina as relações do ser humano com as criaturas. Nela, o ser humano é convidado a dar nomes aos animais

(Gn 2, 19-20), expressando um chamado à convivência. O ato de nomear implica aproximação afetiva, significância amorosa, integração em uma mesma comunidade⁷. Há relevantes repercussões nesse ato. “Não se consegue, sem romper a barreira de certo tabu, comer o animal ao qual se dá o nome, como também não se costuma dar nome a animais que se cria para abate e comida” (SUSIN e ZAMPIERI, 2015, p. 204).

Ainda na segunda narrativa, o ser humano é convidado a cuidar da Criação como a um jardim (Gn 2, 15), zelando-o e cultivando-o, participando do ato criativo ao modo próprio do Criador, tornando-se, assim, verdadeira imagem e semelhança de Deus. Juntas, as duas narrativas oferecem uma melhor imagem da vontade de Deus para a Criação.

Pode-se conferir que sobre a alimentação do humano se repete a mesma orientação do capítulo anterior. O animal humano deveria se alimentar apenas do que a terra produz para que a vida continuasse sob a bênção do criador, crescendo e se multiplicando. No capítulo segundo, a relação do humano com os animais é muito mais explícita. Em Gênesis 2,18, o próprio criador vê que a solidão está muito próxima do homem e cria então os animais para lhe fazer companhia. Os animais não são criados para servirem de alimento ao animal humano, são criados para uma fraternidade originária. No versículo 19, afirma-se que o homem dirige sua palavra aos animais chamando-lhes pelo nome e estabelecendo com eles uma comunhão da palavra. Ao fechar-se a cena idílica nos capítulos iniciais de Gênesis (1 e 2), vemos os animais não humanos em solidariedade genuína com toda a criação (PALHANO e SANCHES, 2012, p. 295-296).

Com isso, verifica-se que as narrativas da Criação apresentam, em uníssono, um projeto de amor de Deus para todas as criaturas, no qual deve prevalecer a fraternidade harmoniosa, e não violência ou subjugação. Os autores bíblicos entendiam que o ser humano somente realiza sua vocação ontológica na medida em que encarna a vontade de Deus enquanto continuidade do ato criativo diante das outras criaturas. O domínio só se justifica se faz a si próprio um domínio plenificado pelo amor.

3 A atitude de Jesus: o domínio como serviço

O mandamento de domínio dado no relato da Criação tem seu sentido mais pleno revelado na atitude de Jesus. Sua vida foi um ininterrupto ato de entrega à vontade do Pai e ao serviço dos mais desfavorecidos, vulneráveis, injustiçados, pobres, oprimidos. Na teologia cristã, o ato próprio da Encarnação é manifestação de entrega na mais pura liberdade do amor gratuito e incondicional. Abrindo mão de

⁷ Susin e Zampieri (2015, p. 204-210) compreendem a atitude de domesticar como criar laços de linguagem, o que é feito pelo ato de nomear. Antes disso, os animais eram referidos como selvagens, e depois de nomeá-los são referidos como domesticados, pois são trazidos à convivência, “à casa”. Desse modo, domesticar não pode ser compreendido como adestrar ou servir dos animais.

Suas prerrogativas divinas, Cristo assume a condição humana até as últimas consequências.

O domínio divino é expresso aqui como rebaixamento, fazer-se igual, sentar-se fraternalmente ao lado do mais pequenino. Por isso Jesus ensina que, ao ser convidado a alguma festa, não se assumam os primeiros lugares, mas os últimos (Lc 14, 8), e que aquele que acolhe e cuida dos mais pequeninos, a ele acolhe e cuida (Mt 25, 40).

Momento simbólico que bem expressa o domínio amoroso exercido por Jesus é o relato joanino da Santa Ceia. Nesta, reconhecendo-se como Senhor e Mestre, Jesus se abaixa diante de cada discípulo para lhes lavar os pés. Ao final, diz-lhes: “Vós me chamais Mestre e Senhor, e dizeis bem, porque eu o sou. Logo, se eu, vosso Senhor e Mestre, vos lavei os pés, também vós deveis lavar-vos os pés uns aos outros. Dei-vos o exemplo para que, como eu vos fiz, assim façais também vós” (Jo 13, 13-15). Imagem perfeita na qual se revela o sentido pleno de domínio divino, que o ser humano é convidado a se espelhar. *Poder e domínio* em Cristo se expressam essencialmente como *serviço* (LINZEY, 2009, p. 17).

Papa Francisco, ao orientar sobre o modo de se relacionar com as outras criaturas em sua Encíclica *Laudato Si'*, situa-se na mesma linha, lembrando outra passagem evangélica que elucida essa relação (LS, 82): “Sabeis que os chefes das nações as governam como seus senhores, e que os grandes exercem sobre elas o seu poder. Não seja assim entre vós. Pelo contrário, quem entre vós quiser fazer-se grande, seja o vosso servo” (Mt 20, 25-26). A exemplo de Jesus, a prerrogativa de domínio dado ao ser humano somente se justifica se encarna o desígnio amoroso de Deus para a Criação, se é capaz de espelhar na relação com as outras criaturas a relação que Jesus cunhou com os mais vulneráveis em seu contexto.

4 O que nos diz o Espírito?

Calcado em uma chave de leitura trinitária, Codina afirma que a pneumatologia deve ser entendida em comunhão com a cristologia, e vice-versa. “A missão do Espírito não é autônoma, mas se orienta a Cristo; o Espírito é o outro Paráclito que tem a missão de recordar e atualizar tudo o que o Cristo disse” (CODINA, 2010, p. 64). Assim, o Espírito atua em consonância com a mensagem e causas de Jesus, ou seja, em continuidade à sua missão, na gradual construção do Reino de justiça, fraternidade e misericórdia.

A partir dessa perspectiva, considerando que, segundo o autor, o espírito do Senhor atua ao longo de toda a história sempre em vista a promover justiça e igualdade, Codina propõe uma releitura da história em clave latino-americana, ou seja, a partir dos oprimidos, a partir dos pobres: A intervenção de Javé no Egito é para acabar com a opressão (uma luta contra a injustiça e a favor da libertação); o chamado de Abraão é para que se pratique o direito e a justiça, construindo um povo que seja instrumento para construir a justiça perfeita em todo o mundo; o Espírito levantou em Israel chefes carismáticos para por meio deles se construir um reino de justiça (CODINA, 2015, p. 31-45).

A chave de leitura, portanto, é a causa dos pobres, dos mais vulneráveis, dos oprimidos, da justiça, da equidade. A ação do Espírito no mundo o mobiliza na gradual caminhada na construção do Reino proposto por Jesus.

Essa posição, por sua vez, inevitavelmente remete a uma necessária releitura do próprio percurso por vezes controverso da Igreja ao longo dos séculos, nem sempre sabendo identificar os sinais dos tempos ou “para onde sopra” o Espírito nas diversas ocasiões. “Trata-se, pois, do problema de saber captar a presença do Espírito na história, de saber discernir os sinais dos tempos” (CODINA, 2010, p. 233). Dentre os exemplos retomados pelo autor, cita-se a Revolução Francesa, resgatando o reconhecimento feito por Paulo VI na oportunidade do Concílio Vaticano II.

A Revolução Francesa, apesar de seus horrores, não foi vista pelos amplos setores eclesiais mais do que em sua negatividade. Paulo VI, dois séculos depois, em pleno ambiente do Concílio Vaticano II, reconheceu os ideais da Revolução Francesa – liberdade, fraternidade e igualdade – eram profundamente evangélicos (CODINA, 2010, p. 234).

A partir disso, verifica-se que o discernimento da ação do Espírito na história, suscitando valores evangélicos na interioridade mística dos movimentos que se irrompem, pode exigir séculos de maturação. Da mesma forma, também para discernir o que não é obra do Espírito, alerta o teólogo, faz-se necessário a prudência da paciência, para não se arrancar o trigo junto ao joio (Mt 13, 18-43).

[...] se a Igreja paga muito caro por não ter sabido captar a presença do Espírito nos sinais dos tempos, muito mais grave e de consequências piores é ter considerado como obra do maligno o que, no fundo, era um dom do Espírito para a humanidade. É um pecado contra o Espírito. A história da salvação fica comprometida e obscurecida, o Reino de Deus se retrai e se distancia. O rosto de Deus fica escurecido e deformado, o que afasta muitos não apenas da Igreja, mas da própria fé em Deus. Esta é uma das causas do ateísmo contemporâneo, segundo o Concílio Vaticano II (GS, n. 21) (CODINA, 2010, p. 230).

O critério da solidariedade e empatia com os mais vulneráveis da Criação, critério cristológico, pode também, à luz da pneumatologia de Codina, ser prisma para discernir a ação do Espírito no mundo. Linzey (2009, p. 9-19) recorda que nos últimos trinta anos os filósofos morais escreveram mais sobre a responsabilidade dos seres humanos com os animais do que seus predecessores nos últimos trezentos anos, e defende que se trata de uma nova sensibilidade que agora alcança a humanidade.

Desse modo, o veganismo, enquanto movimento que se solidariza com o sofrimento dos animais não humanos, pode, assim, ser fruto da ação do Espírito, que inclusive encontra consonância com uma leitura ecológica de Gênesis e com uma leitura cristológica atual da atitude fundamental preconizada por Jesus.

Sucintamente, o veganismo é uma proposta de conduta ética que prega a libertação dos animais não-humanos por meio da abolição de todas as formas de exploração que lhes são impostas por nós. Na dieta vegana estão excluídos todos os ingredientes de origem animal, como ovos, laticínios e mel (e qualquer tipo de carne, evidentemente), além de itens que contenham ingredientes de origem animal. Quanto ao vestuário, não se utiliza couro (ou qualquer outro tipo de pele), lã ou seda e, no geral, quaisquer produtos ou itens que tenham sido testados em animais, ou que contenham ingredientes de origem animal (por exemplo, cosméticos, produtos de limpeza, aditivos de alimentos, objetos de decoração etc.). O princípio abolicionista, norteador do veganismo, exclui também o comércio de animais de estimação, o uso de animais para esportes ou diversão, a vivissecção, etc (BRÜGGER, 2009, p. 13).

A passagem de Isaías 11, 6-9⁸ também se alinha a essa hermenêutica pneumatológica, principalmente ao considera-la como horizonte e norte escatológico pelo qual se orienta a ação do Espírito no mundo. Essas reflexões culminam com a afirmação do Papa Francisco na *Laudato Si'*: “a vida eterna será uma maravilha compartilhada, onde cada criatura, esplendorosamente transformada, ocupará o seu lugar” (LS, 243). Ou seja, as criaturas estão também dentro do plano salvífico de Deus, ao lado dos seres humanos.

5 Propostas de ação

Para se consolidar o projeto do Reino proposto por Jesus no tema da relação humana com as demais criaturas, em consonância com o desígnio divino expresso na narrativa da Criação e com a ação do Espírito, há diversas ações possíveis. De princípio, urge-se realizar uma genuína conversão ecológica (LS 216-221) e animal

⁸ “E morará o lobo com o cordeiro, e o leopardo com o cabrito se deitará, e o bezerro, e o filho de leão e o animal cevado andarão juntos, e um menino pequeno os guiará. A vaca e a urso pastarão juntas, seus filhos se deitarão juntos, e o leão comerá palha como o boi. E brincar a criança de peito sobre a toca da áspide, e a desmamada colocará a sua mão na cova do basilisco. Não se fará mal nem dano algum em todo o meu santo monte, porque a terra se encherá do conhecimento do Senhor, como as águas cobrem o mar” (Is 11, 4-9).

(ZAMPIERI, 2016, p. 17). Trata-se de operar uma transformação de coração e prática, indo ao encontro à linha do cuidado com a casa comum e todas as criaturas.

Em continuidade a essa conversão, outros passos se fazem necessários, a começar pela abstenção do consumo de produtos que impliquem na exploração animal. O veganismo é um norte de ação nessa linha, buscando romper com os processos de perpetuação do sofrimento animal. Linzey (2000, p. 126-139) propõe ainda: visibilizar ao público os mecanismos de exploração animal; discutir o tema de maneira multidisciplinar; exigir das empresas informações transparentes sobre o processo de produção de seus produtos; avançar na legislação pró direitos animais; promover no mercado alternativas viáveis de consumo livres de exploração animal.

A teologia cristã e a Igreja podem igualmente contribuir para a consolidação do Reino enquanto fraternidade entre todas as criaturas. Para tanto Linzey (2009, p. 98-106) sugere quatro passos: (1) resgatar passagens bíblicas favoráveis aos animais; (2) promover uma teologia animal séria, metódica e sistemática, refletindo acerca da participação dos animais no projeto salvífico de Deus; (3) construir um ministério animal, construindo a consciência na comunidade de fé que é um dever cristão se importar com os animais; (4), incluir na liturgia ritos e orações que considerem a reverência pela vida e por toda a Criação.

Conclusões

Conclui-se que o cuidado com os animais não é um apêndice da fé cristã, mas um imperativo ético-teológico que encontra respaldo em uma hermenêutica trinitária da Criação. A vontade de Deus expressa em Gênesis para a relação do ser humano com os animais situa-se na linha do cuidado e do serviço, encontrando a plena revelação no cuidado de Jesus com os mais vulneráveis. Consonantemente, o Espírito atua nos meandros da história suscitando caminhos para a construção do Reino, na linha do critério cristológico de justiça e de cuidado com os oprimidos. Desse modo, o movimento global de sensibilidade ao sofrimento animal e de consideração da relevância e dignidade implícita de sua vida, expresso por exemplo no veganismo, pode ser considerado atuação do Espírito na história.

Referências Bibliográficas

BOFF, Leonardo. Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 487 p.

BRÜGGER, Paula. Nós e os outros animais: especismo, veganismo e educação ambiental. In: Linhas Críticas, Brasília, v. 15, p. 197-214, jul/dez 2009.

_____. Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas. Florianópolis, SC: UFSC, 2014.

CODINA, Victor. O Vaticano II: um concílio em processo de recepção. *Perspectiva Teológica*, n. 37, 2005, p. 89-104.

_____. Não extingais o Espírito (1Ts 5,19). Iniciação à pneumatologia. São Paulo: Paulinas, 2010. (Iniciação Teológica).

HORTA, Reginaldo José. Por uma ética não especista: Peter Singer e a questão do estatuto moral dos animais não-humanos. Dissertação de mestrado. Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), Belo Horizonte: 2015. 179 p.

LINZEY, Andrew. *Animal Gospel*. Louisville, Kentucky: Westminster John Knox Press, 2000. 171 p.

_____. *Creatures of the same God: explorations in animal theology*. New York: Lantern Books, 2009. 161 p.

PALHANO, Jerson José Darif; SANCHES, Mario Antonio. Sobre os animais não humanos: um resgate teológico. *Revista BioEthikos*, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 287-299, jul/set 2012.

PAPA FRANCISCO. Carta Encíclica *Laudato Si'* – Sobre o Cuidado da Casa Comum. São Paulo: Loyola, 2015.

SALLES, Alvaro Angelo. *Bioética e meio ambiente: da matança de animais à destruição de um planeta*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

SUSIN, Luiz Carlos; ZAMPIERI, Gilmar. *A vida dos outros: ética e teologia da libertação animal*. São Paulo: Paulinas, 2015.

WILSON, Edward O., *A Criação: como salvar a vida na Terra*, 2008, Companhia das Letras, tradução Isa Mara Lando.

THE WORLDWATCH INSTITUTE. Estado do Mundo. 2012. Disponível em: <http://www.worldwatch.org.br/estado_2012.pdf>. Acesso em: 19 set. 2016, às 20h:35h.

ZAMPIERI, Gilmar. A Encíclica *Laudato Si'* e os animais. In: *Cadernos Teologia Pública*, ano XII, v. 13, n. 110, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2016.